Folha do CRCPR
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ

Mala Direta Postal
Básica
9912345995/2013-DR/PR
CRC - PR
CORREIOS

Ano 15 - out./nov. 2015 - Edição nº 85

Fóruns movimentam programação

do CRCPR em setembro e outubro

Além da missão de registrar e fiscalizar, a presença do CRCPR é cada vez mais forte na busca de um ambiente onde as atividades econômicas possam promover o desenvolvimento social do país e a profissão contábil ser exercida com tranquilidade, sem esquecer a forte atuação na área da educação profissional continuada. Somente este ano, o CRCPR realizou mais de 400 eventos, alcançando pelo menos 20 mil pessoas no estado. São cursos, palestras, seminários, nas principais cidades do estado, e alguns transmitidos pela internet. Muitos desses treinamentos são gravados em vídeo e disponibilizados no site do CRCPR, podendo ser assistidos a qualquer hora, de qualquer lugar. Entre os destaques estão fóruns que movimentaram a programação de setembro e outubro, debatendo temas das organizações do Terceiro Setor, da contabilidade pública e processos que regem as relações de trabalho e emprego: Páginas 02 (Editorial) 03 (2.º Fórum Paranaense de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), 06 e 07 (Fórum de Relações do Trabalho), 14 e 15 (2.º Fórum Paranaense do Terceiro Setor).

Remetente: Rua XV de Novembro, 2987 - Alto da XV - CEP: 80045-340 - Curitiba - PR

PARA USO DO CARTEIRO					
[ ] Mudou-se [ ] Endereço Insuficiente [ ] Falecido	[ ] Ausente [ ] Desconhecido	[ ] Não Procurado [ ] Recusado porteiro ou síndico	[ ] Inf. escrita pelo [ ] Não existe o nº indicado	Reintegrado ao serviço postal em:	Assinatura do Entregador

Bandeiras do CRCPR

editorial

Lucélia Lecheta
Presidente do CRCPR

Toda eleição enseja a pergunta sobre o papel do ente para o qual estamos indicando nossos representantes. Como nesse mês de novembro renovamos em um terço o plenário do CRCPR, é natural questionar o que fazem os eleitos como conselheiros.

Antes, é importante sublinhar que todos são contabilistas, profissionalmente ativos, reconhecidos pela postura ética, com um histórico de interesse e dedicação a causas da profissão, atuantes nos sindicatos e associações contábeis de diferentes regiões do Paraná.

Além de coordenarem os projetos de gestão da instituição e de emitirem decisões sobre processos ético-profissionais, os conselheiros assumem a responsabilidade de conduzir a causa da valorização da profissão contábil, articulando a sua defesa perante a sociedade, as empresas e a esfera pública.

Embora fundamental pela natureza essencial de seus serviços, a profissão contábil só começou a ganhar destaque quando organizada pela própria classe – processo que, no Brasil, culminou com a criação, em 1946, do sistema formado pelos conselhos federal e regionais. Em sua primeira fase, os conselhos precisaram defender mais o registro e fiscalizar, mas hoje, além dessa missão, eles estão presentes noutras importantes frentes.

Este ano, por exemplo, o CRCPR somou com outros conselhos de classe e entidades paranaenses dos setores industrial, comercial e de serviços para dissuadir governos a adotar medidas que representassem aumento da carga tributária, em uma época de grave crise econômica e social, sem nenhuma previsão de redução dos gastos oficiais e de melhoria dos serviços públicos. Entre outras matérias indigestas, foi rechaçada a volta da CPMF e reivindicada a suspensão do decreto 442/2015 do governo paranaense, que determina o recolhimento antecipado da diferença de alíquotas de ICMS dos produtos importados adquiridos em operações interestaduais. Participamos também da busca de soluções para os problemas que os profissionais vêm enfrentando na Junta Comercial do Paraná, decorrentes da implantação do sistema Empresa Fácil.

A presença do CRCPR é cada vez mais constante, enfim, nas bandeiras da profissão contábil, combate à burocracia e obrigações fiscais que atrapalham as atividades econômicas, e causas de responsabilidade social, sem esquecer a forte atuação na área da educação profissional continuada. Somente este ano foram realizados mais de 400 eventos, alcançando pelo menos 20 mil pessoas no estado. São cursos, palestras, seminários, nas principais cidades do estado, e alguns transmitidos pela internet, podendo alcançar número mais expressivo ainda de pessoas. Muitos desses treinamentos são gravados em vídeo e disponibilizados no site do CRCPR, podendo ser assistidos a qualquer hora, por qualquer pessoa, de qualquer lugar. Já são 12 temas desse programa: Holding Familiar, ISS e as Sociedades de Profissionais, Políticas e Demonstrações Contábeis para Sociedades Cooperativas: de acordo com as normas do CFC e a Lei nº 12.973/2014, 1º Fórum Paranaense de Contabilidade, Palestra sobre e-Social, Imposto de Renda Pessoa Física 2015, Palestra sobre COAF, Regularização de Obra de Construção Civil - Declaração e informações sobre Obra (DISO), Questões pontuais da Substituição Tributária no ICMS e a não-cumulatividade, O que Muda com a Conversão da MP 627 de 2013 na lei 12973 de 2014?, Elaboração do Contrato de Prestação de Serviços Contábeis.

LUCÉLIA LECHETA

expediente

Conselho Regional de Contabilidade do Paraná
Rua XV de Novembro, 2987 - Alto da XV
Cep: 80.045-340 - Curitiba - PR
Fone/Fax: (41) 3360-4700
e-mail: crcpr@crcpr.org.br
site: www.crcpr.org.br

Composição da Diretoria

Presidente: Lucélia Lecheta
Vice-presidente: Marcos Sebastião Rigoni de Mello

Câmara de Controle Interno
Vice-presidente: Fernando A. Borazo Ribeiro

Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
Vice-presidente: João Gelásio Weber

Câmara de Registro
Vice-presidente: Sandro Di Carlo Teixeira

Câmara de Desenvolvimento Profissional
Vice-presidente: Elizangela de Paula Kuhn

Câmara de Desenvolvimento Regional
Vice-presidente: Mirandi José Bonissoni

Câmara Técnica
Vice-presidente: Moises Antônio Bortolotto

Relações Sociais
Vice-presidente: Narciso Doro Junior

Macrodelegados
Aguinaldo Mocelin • Hélio Francisco do Nascimento • Lauri Helfestein • Paulo Kazuo Yamamoto • Pedro Baraldi • Waldomiro Kluska • Mauro Luis Moreschi

Composição do Plenário Efetivos
• Alberto Barbosa • Angelo Mocelin • Bento Rosa Junior • Carlos Augusto Bittencourt Gomes • Carlos Thadeu Fedalto • Elizangela de Paula Kuhn • Fabio Bonsenhor • Fernando Antonio Borazo Ribeiro • Gilmar Silvio Bachi • Ivo Destefeni • João Eloi Olenike • João Gelásio Weber • Laudelino Jochem • Lucelia Lecheta • Márcia Cristina de Almeida • Marcos Sebastião Rigoni de Mello • Mirandi José Bonissoni • Moises Antonio Bortolotto • Narciso Doro Junior • Narciso Luiz Rastelli • Ormelia Tereza da Silva • Osvaldo dos Santos • Paulo de Tarso Vieira Lopes • Paulo Kazuo Yamamoto • Roberto Aparecido Santos • Sandro Di Carlo Teixeira • Sergio Roberto Bebber

Composição do Plenário Suplentes
• Antônio Augusto Godoi de Oliveira • Antonio Moacir Pozzobon • Carlos Alfredo Muller • Cesar Alberto Ponte Dura • Claudio Renato Trevisan • Eliane Terezinha da Luz • Ernani Habitzreuter • Eurides Von Muhlen • Francisco Savi • Gilberto Jorge da Paz • Helio Maia da Silva • Hylcineia Deisy da Silva Liboni • Jair Luiz Welter • Jean Corradini • Jessica Harumi Dallagrana de Oliveira • Juarez Paim da Silveira • Luci Isabel Oliari Lira • Luiz Fernando Martins Alves • Marcelo Scomparin • Márcia Cristina Sprada Rossetim • Marcio José Assumpção • Marcos Aurélio Custódio • Nilva Amália Pasetto • Paulino José de Oliveira • Rafael Benjamim Cargnin Filho • Reginaldo Rodrigues de Paula • Valmir Luckmann (in memoriam)

Folha do CRCPR
Órgão de divulgação do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

Diretor Superintendente
Gerson Luiz Borges de Macedo

Redação
Joaquim Pereira Barros - 0921/06/62v-PR
Adriana Iaizzo Magalhães - MTB-09730/PR

Diagramação
Neilor Armond Lopes

Impressão: Gráfica Radial Ltda.
Tiragem: 35 mil exemplares

Comercial
imprensa@crcpr.org.br

Fórum reúne profissionais da contabilidade pública em Maringá

Repetindo o sucesso da primeira edição, nos dias 14 e 15 de outubro aconteceu, no auditório da Unicesumar, em Maringá, o 2º Fórum Paranaense de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com participação de 440 profissionais que atuam na área pública no Paraná e noutros estados, além de professores e estudantes de Ciências Contábeis.

Na abertura, a presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta, ressaltou a grata surpresa por ter havido uma procura tão intensa pelo fórum, visto ser a primeira vez que o CRCPR realiza um evento dessa magnitude, voltado especificamente para o segmento da contabilidade pública, no interior do estado. Márcio Assumpção, coordenador da Comissão do Contador Público do CRCPR, disse que a transparência dos órgãos públicos está nas mãos dos profissionais; e Elizangela de Paula Kuhn, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCPR, destacou: "ao realizar no interior um dos mais importantes eventos do ano para o CRCPR, estamos cumprindo nossa meta de ampliar as oportunidades oferecidas a contabilistas de regiões de grande importância econômica de nosso estado."

A mesa de honra da solenidade de abertura foi composta pela presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta; Márcio José Assumpção, coordenador da Comissão do Contador Público; Joel Azevedo de Oliveira [presidente do Sincontábil], Edson Custódio [diretor técnico do Tribunal de Contas do Paraná], Elizangela de Paula Kuhn [vice-presidente da Câmara de Desenvolvimento Profissional do CRCPR], Robson Ramos [prefeito de Ivatuba e vice-presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião do Paraná], Edmilson José Pego [contador geral do Governo do Paraná] e Maurício Gilberto Cândido, coordenador da Comissão do Programa de Voluntariado da Classe Contábil.

Palestras

Gestão do Patrimônio Público e Procedimentos Contábeis Patrimoniais foi o tema da palestra do professor Milton Mendes Botelho. Segundo ele, a contabilidade pública atual não oferece informações para apuração dos custos dos serviços públicos colocados à disposição dos cidadãos. As mudanças que estão acontecendo visam fortalecer a contabilidade patrimonial e a contabilidade de custos. Na sequência, Nilton Cordoni Júnior abordou os Aspectos Polêmicos da Gestão Patrimonial. Para ele, ponto de partida é fazer o diagnóstico da situação, para em seguida planejar e implantar o cronograma de atividades. Pouco adianta um gestor público ter domínio da legislação e dos processos se não puder contar com uma ferramenta de gestão que leve em conta a cultura organizacional, o comprometimento, a comunicação, treinamento, entre outros aspectos.

Gabriela Leopoldina Abreu discorreu sobre os desafios da contabilidade pública para 2016, no país, e os prazos para implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e os aspectos que envolvem os PCPs segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Maurílio Guerreiro Campos analisou o cenário da contabilidade pública no Paraná para 2016, e Luiz Nicácio, na palestra Cenários da Contabilidade Pública nos Municípios do Estado do Paraná, sintetizou assim os principais desafios: Mostrar que a contabilidade pode ser uma ferramenta para tomada de decisão; conhecimento avançado dos novos procedimentos; necessidade de atualização e de aperfeiçoamento profissional e cumprir na íntegra a LRF e a Lei 4.320/1964 (Contabilidade Patrimonial e Sistema de Custos).

Na palestra Controle Externo: novos rumos da fiscalização no Estado do Paraná, o diretor de Contas do Tribunal de Contas do Paraná, Edson Custódio, apresentou o Sistema de Avaliação de Desempenho da Gestão Municipal cujo foco são os resultados dos serviços públicos.

Lincoln Américo Souza Rodrigues e Edson Luiz Gelinski falaram sobre Controles Internos e Aperfeiçoamento da Gestão, descrevendo a experiência e ressaltando os avanços na reestruturação de diretrizes da Subcontroladoria de Normas e Informações Gerenciais do município de Pinhais.

O presidente do Observatório Social do Brasil, Ater Cristófoli, falou sobre o papel dos observatórios sociais como agentes de transformação, transparência e controle social. Demonstrou como funciona a rede de OS instalados no país em 18 estados e 103 cidades. Já o coronel João Silveira de Andrade e o capitão Wilson Renato da Rosa, da 5ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército Brasileiro, explicaram como funciona o sistema de contabilidade do Exército sob os critérios da contabilidade de custos.

A programação foi encerrada pelo professor João Eudes Bezerra Filho expondo os conceitos da Contabilidade de Custos: da implantação à informação gerencial, fazendo um diagnóstico da contabilidade pública brasileira: deficiências e inconsistências das informações e apresentando um sistema a partir das Normas Brasileiras de Contabilidade com vinculação direta com custos aplicados ao setor público.

A PALAVRA AGORA É SUA

Problema cultural

Nossos governantes pensam que tudo se resolve, no país, com a edição de uma nova lei, decreto. Precisa de Caixa? Edita uma lei instituindo ou aumentando tributos, cria obrigações acessórias difíceis de serem cumpridas e multa pelo atraso na entrega ou pelo erro no preenchimento. Precisa mudar a cultura empresarial e/ou a cultura do povo? Basta editar uma lei com previsão de aplicação de penalidades e então como num passe de mágica tudo se transforma.

Tudo no Brasil tem fins arrecadatórios. Por exemplo, qual foi a finalidade da Lei da Transparência? Informar os tributos nas notas para provocar uma reforma tributária. Mas por que tem multa se o empresário esquece de informar no documento fiscal? Os consumidores estão observando os valores dos tributos que estão pagando nas compras? Com certeza, não, pois, se estivessem, não estariam aceitando aumento de tributos e deixando de cobrar a transparência com os recursos arrecadados.

Infelizmente falta muito para mudarmos nossa cultura. Considerando que a maioria das empresas não possui uma cultura tecnológica, mas, obrigadas a entregar arquivos para o fisco, têm que adquirir equipamentos, softwares, investir em qualificação de pessoal, alterar a cultura interna, processo que demanda tempo, treinamento, e muitas vezes tem que implorar prorrogação. Geralmente, o fisco executa projeto piloto em empresas com estrutura tecnológica, pessoal qualificado e depois define um prazo para entrada em vigor da nova obrigação. Penso que ele deveria executar projeto também em uma empresa menor e então entenderia o porquê de nossas reclamações.

Precisamos de um projeto de lei impondo um prazo mínimo de doze meses a partir da publicação do ato, para que inicie a obrigatoriedade de entrega, e /ou alteração das informações a serem inclusas.

Quanto à responsabilidade solidária, é um peso além das nossas condições de suportar, pois o contador na maioria das vezes não participa dos atos de gestão da empresa. Os empresários contratam uma empresa de serviços contábeis para atender a legislação tributária. Por mais que saibamos que ele deveria atender as empresas de forma gerencial, e almejamos muito que isto ocorra, a realidade é bem diferente. Como haveria tempo se temos que atender a parte tributária, ler as leis, decretos, e instruções normativas, atos interpretativos, estar atentos ao entendimento do fisco, a interpretação das leis, as lacunas (ver o conceito de receita bruta, por exemplo), novas obrigações acessórias que causam impacto na cultura empresarial, cultura esta que não se altera da noite para o dia.

Acredito que o envolvimento do contador com a gestão empresarial será um processo lento, e somente se consolidará quando efetivamente houver uma simplificação no processo tributário, com ênfase no quesito obrigações acessórias. Simplificação nas obrigações acessórias não é somente juntar as informações em um único documento/(arquivo), mas com nível de detalhamento muito maior. A EFD Contribuições e o E-social, por exemplo, não simplificaram nada com relação à Dacon e todas as outras obrigações relacionadas à contratação de pessoal.

Veraci Lopes da Silva

Não adianta reclamar se não fazemos nossa parte

Penso que a questão deve ser abordada por diversos pontos de vista e, respeitosamente, peço licença para apresentar um ponto de vista aparentemente diferente do senso comum da classe contábil.

As complexidades crescentes da contabilidade, da legislação e das obrigações acessórias podem ser uma grande oportunidade para qualificar a profissão do contador, aumentando o prestígio profissional e a remuneração pelos seus serviços. Afinal, a contabilidade cada vez mais se mostra um conhecimento altamente especializado e indispensável para a vida econômica e empresarial.

Por outro lado e alinhado com o espírito das normas internacionais da contabilidade, os registros contábeis (inclusive as obrigações acessórias) essencialmente devem dar testemunho verdadeiro dos atos e fatos que acontecem nas empresas de forma a permitir que os investidores, os proprietários, o governo e a sociedade em geral possam "acreditar" nas informações assim apresentadas.

A contabilidade talvez seja o instrumento por excelência da materialização da "compliance", conceito entendido como "agir de acordo com uma regra, uma instrução interna, um comando ou um pedido". Desde meados da década de 90, no mundo e no Brasil, a "compliance" vem sendo adotada pelas empresas públicas e privadas como uma das regras fundamentais para a transparência das suas atividades.

Assim, os pilares da profissão estão assentados na verdade e na sua transparência, o que pode colocar o profissional frente a uma escolha: falar a verdade ou não. A escolha é pessoal, e irá definir o futuro tanto do profissional individualmente como da profissão.

Luiz Omar Setúbal Gabardo

Oportunidade e credibilidade à profissão

Infelizmente muitos colegas se submetem a contratos mal elaborados, honorários pífios, fazem de conta que estão fazendo contabilidade, quando, no entanto, deveriam estar sendo mais rigorosos tanto na cobrança quanto na responsabilidade que estão assumindo em não realizar o trabalho. Por esses motivos que, muitas vezes, somos colocados numa vala comum, nivelados por baixo.

Temos a incumbência de prestar um bom serviço, de ajudar a organizar as empresas para que prosperem e automaticamente termos clientes satisfeitos e honorários mais compatíveis. Não abrimos mão da qualidade, cliente que não segue nossas orientações, não temos interesse em atender, simplesmente isso. Com 42 funcionários, atendemos 130 clientes, todos bons clientes.

Quanto às mudanças impostas pelo Sped, entendemos que nos beneficiaram, pois agora conseguimos importar 95% das operações dos clientes, gerando menos interferência de nossos funcionários, automaticamente menos erros, sobrando tempo para gerar informações gerenciais.

Quanto aos aumentos dos tributos, nenhum dos governos teve a coragem de realizá-los de forma convincente, sempre se utilizando da caneta para aumentá-los. Falta controle, falta austeridade para cortar despesas, menos populismo e mais responsabilidade no gasto do dinheiro público.

Claudio Luiz Brunetto

Aumento de tributos X qualidade da gestão

Não há problema no fato de os órgãos gestores, arrecadadores e fiscalizadores, terceirizarem silenciosamente, sem estabilidade, praticamente todas essas atividades para a classe contábil. Basta

os servidores nos darem atendimento de qualidade, excelente suporte, parceria e treinamentos frequentes. E, também, consultar, ouvir a classe antes das mudanças. O governo não pode sonegar, por exemplo: dedução com educação limitada no IRPF, não atualização das tabelas do IRPF, dos limites do Simples Nacional, dos limites do adicional do Imposto de Renda desde 01/01/1997; aplicar multas mensais para atraso em obrigações acessórias em valores desproporcionais.

Essas distorções éticas "sutis" e os desvios afetam em muito o nosso trabalho. Daí ouvirmos todos os dias: "...gostaria de pagar mais tributos, porém, que fossem bem aplicados..."

Por fim, os governantes que respeitem os recursos, frutos do suor do trabalho da sociedade. É irritante ouvir "extinguir x ministérios" e cargos de confiança, economizará somente R$ 200.000.000,00". Em escala macro, pode parecer pouco. Mas, se perceberam que dá para economizar deveriam tê-lo feito há muito tempo. E, certamente esta economia não é "seca", haverá temporalmente uma economia contínua com despesas de toda ordem (luz, água, telefone, controles etc). Nos chamam de tolos afirmando isto.

Para os grevistas, poderiam criar lei que, se abrir um concurso e surgir mais de cinco candidatos por vaga, o governo poderá demitir imediatamente. Não há espaço para aumento de tributos, somente para melhoria na gestão dos recursos existentes.

Vitorio Sikora

União para ter força

Vejo a classe contábil como uma das maiores do nosso país, porém sinto que temos muito a fazer e a avançar no que diz respeito a relações com os órgãos públicos. Primeiramente, a classe deve ser mais unida para que tenha mais força e para que "bata o pé" quando nossos governantes quiserem nos impor leis e regras "goela a baixo".

As coisas não são bem assim. Já pensaram se a classe contábil "parasse" de arrecadar os tributos para nosso país? Seria um caos, não seria? Claro que isso é impossível, mas é uma forma de expressar meu sentimento em relação a nossa classe. Para falar bem a verdade, o governo deveria repassar todo o ano para os contabilistas um bônus, para recompensar todo o esforço feito por cada um durante todo esse período. Muitos dizem que não, mas na realidade "trabalhamos" para o governo de graça. São tantas atualizações nas leis trabalhistas, tributárias, societárias, resoluções, decretos, instruções normativas, etc. Enfim, é tanta coisa que a classe contábil precisa se "virar nos 30".

Um breve exemplo de mais uma responsabilidade que a classe "ganhou" e infelizmente nem sequer questionou ou muito menos "brigou", foi a exigência de informar ao Coaf as movimentações financeiras identificadas como suspeitas de crimes de lavagem de dinheiro (Lei nº 12.683) e (Resolução 1.445/2013 CFC).

Por fim, defendo piamente que devemos nos unir cada vez mais com a intenção de fortalecermos nossos direitos, ajustar os processos de nossos deveres e termos cada vez mais o reconhecimento que devemos, de fato, obter. Só assim não ficaremos tanto à "mercê" do governo e de outros órgãos.

Elvis Welington Franco

Quem cala, consente

Nós, os profissionais da Contabilidade, nos tornamos reféns das obrigações acessórias fiscais, tanto na esfera federal, estadual como municipal. Diante disso, ficam comprometidas a nossa assistência e informações técnicas e com qualidade necessárias aos nossos clientes. Automaticamente, podemos dizer que nos tornamos funcionários indiretos do governo federal, estadual e municipal, pois temos que suprir a defasagem do quadro funcional na área fiscal. O que nos deixa constrangidos é que, dia após dia, os governos nos entopem de obrigações acessórias fiscais, elaboradas por tecnocratas e burrocratas, verdadeiras armadilhas fiscais, e não nos manifestamos.

Conforme diz o velho ditado : " Quem cala consente". Onde está a nossa representação política, para manifestar essa nossa Indignação? Quem nos remunera por tantas obrigações acessórias, resultado de ação governamental, predadora e gananciosa. O empresariado tem logo o resultado disto tudo, quando as receitas realizam o cruzamento de dados do Speed Fiscal, Contabil e ECF, e empilham de notificações eletrônicas, quando então pode ser tarde demais para se manifestar.

Onde está a força das entidades que não se unem e não fazem uma manifestação geral em nível nacional, expondo todas essas situações? Por que não propõem um dia de paralisação na entrega e apuração de impostos, para todos os órgãos arrecadadores?

Tarcisio Menegazzo

Instrumento do governo

Há muito venho lamentando não conseguir fazer o que gostaria de fazer para o meu cliente no tempo que desejaria. A causa disso é o tempo que demanda para as atualizações necessárias em decorrência das novas leis que a cada dia o poder público resolve colocar em vigência, e que na maioria das vezes, infelizmente, é para ajustar a arrecadação à necessidade de seus gastos. São ínfimas as vezes em que alguma dessas mudanças beneficia os micro e pequenos empresários, que, na sua grande maioria, são nossos clientes e geram os empregos e as riquezas desse país.

Nós, contadores, temos sido instrumentos de arrecadação do governo e não prestadores de serviços aos nossos clientes da forma como aprendemos nos anos em que frequentamos o curso de Ciências Contábeis e também cursos de pós graduação. Penso que é chegada a hora de fazermos algo para tentar colocar um freio nos mandos e desmandos do poder público. Não com violência e destruição como temos visto. As passeatas pacíficas têm mostrado o descontentamento da população. Mas o número não chega a ser expressivo, a ponto de fazer com que o poder público, principalmente o Senado e as câmaras dos deputados federal e estaduais, mudem o seu comportamento. A população que tem ido às ruas se manifestar é mesmo em número e proporção dos que não elegeram o governo atual.

Por exemplo: se acontecesse uma greve de recolhimento de tributos, já imaginaram o que seria das finanças do governo? Se as entidades da classe e as representativas das classes empresariais, comerciais e industriais em todo nosso país, se movimentassem no sentido de criar um meio de apoiar e incentivar os contadores e os empresários de contabilidade a não gerar qualquer guia de recolhimento de tributos durante um determinado período, curto que seja, como forma de protesto, exigindo que haja realmente uma mudança comportamental por parte do poder público. Será que isso é pensar pequeno de minha parte?

Isolde Terezinha Bona Rudek

Fórum de Relações do Tra

Os profissionais da contabilidade lotaram o auditório do CRCPR, dia 29 de outubro, no horário das 8h15 às 17h, para participar do 1º Fórum de Relações do Trabalho, promovido pelo CRCPR, com apoio da Academia de Ciências Contábeis do Paraná. Debater normas e processos que regem as relações de trabalho e emprego e estimular a análise crítica dos seus efeitos sobre a gestão das empresas contábeis, clientes e a sociedade foram os principais objetivos do evento.

Custos trabalhistas e previdenciários

O médico Ruddy Facci, professor com especialização e pós-graduação em medicina do trabalho, discutiu a responsabilidade do profissional da contabilidade como assessor nas questões de saúde e segurança do trabalho.

Uma das questões destacadas por ele foi a alíquota do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), instituído pela Lei 10.666/03. O fator consiste em um coeficiente criado visando melhorar as condições de trabalho, tendo como objetivo o aumento dos investimentos das empresas de medicina e segurança do trabalhador. Empresários que investem em programas de saúde laboral e que não geram Comunicados de Acidente de Trabalho (CAT), em consequência da adoção de boas práticas de gestão de saúde e segurança ocupacional, podem obter uma redução significativa de custos ligados às contribuições previdenciárias.

Ruddy Facci é médico com pós-graduação em medicina do trabalho, especialização em Gestão Empresarial, cursos nos Estados Unidos, Canadá, Itália, Suécia, Austrália, Finlândia, Espanha , Argentina, Espanha; professor-convidado de várias instituições, entre elas, UFPR, UFSC, Unicenp; membro da Câmara Técnica em Medicina do Trabalho do Conselho Regional de Medicina do Paraná.

Segundo ele, empresas que não gerenciam seus riscos ambientais podem ter recolhimentos onerados em até 100%, enquanto a adoção de certos procedimentos de prevenção de riscos ambientais de trabalho (RAT), cuja alíquota serve de base para o cálculo do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), atribuído de acordo com a atividade principal da empresa, conforme seu CNAE preponderante (Classificação Nacional das Atividades Econômicas), pode reduzir a alíquota do FAP em até 50%. "Para determinar a alíquota que a empresa pagará em 2016, são levados em conta os dados informados sobre os anos de 2014 e 2015. Portanto, pouco pode ser feito agora para buscar a redução. Por outro lado, ainda há margem para adotar medidas visando redução da alíquota a ser recolhida em 2017, e plenas condições de redução para 2018. Trata-se de um processo de gestão a longo prazo", disse.

Desenvolvimento do eSocial

O segundo tema – eSocial - foi apresentado pelo contador e auditor da Receita Federal do Brasil, Marcos Antônio Salustiano da Brasil, um dos desenvolvedores e sustentadores desta nova funcionalidade do SPED. Responsável na 9ª Região Fiscal da RFB (Paraná e Santa Catarina) por especificar, testar, homologar, capacitar, gerenciar e dar suporte ao grupo nacional do e-Social, Salustiano incentivou aos participantes a trazer para o CRCPR e outras entidades da classe contábil as dificuldades e críticas que tiverem conforme começarem a utilizar o sistema, para que estas levem as questões até ele.

Marcos Antonio Salustiano da Silva é Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - RFB, e um dos desenvolvedores e sustentador do eSocial.

"O sistema foi construído com a participação da sociedade. Durante o processo de desenvolvimento, ouvimos, por meio de au-

balho discute segurança,
eSocial, PRL e gestão de pessoas

diências públicas entidades, empresários, contadores, os órgãos públicos envolvidos, para construir um sistema que realmente contribua para simplificar as rotinas de administração de pessoal e prestação de contas ao governo. Além disso, realizamos reuniões regulares do comitê gestor e com as entidades de classe, buscando o contínuo aperfeiçoamento", relatou, concluindo com um toque de humor: "Estamos cientes de que a implantação não será um processo tranquilo, afinal, ninguém nasce sem chorar".

Participação nos lucros ou resultados das empresas

A participação nos lucros ou resultados da empresa é hoje um diferencial, disse o advogado Ricardo Alexandre Suchodolak, citando pesquisas, segundo as quais, o benefício é o mais desejado pelos trabalhadores. Além disso, é um instrumento de integração entre o capital e o trabalho, uma ferramenta de estratégia empresarial, incentivo à produtividade e comprometimento, reconhecimento dos esforços realizados.

Ricardo Alexandre Suchodolak é sócio-fundador do escritório ATOS Advogados em Curitiba; pós-graduado em Contabilidade e Finanças pela UFPR; parecerista e autor de trabalhos e artigos jurídicos nas áreas contábil e tributária.

Ele destacou entre as principais vantagens da participação nos lucros o fomento ao alcance das metas desejadas pela empresa, busca de satisfação dos trabalhadores, e que não configura remuneração, não traz incidência de encargos, sofrendo tributação diferenciada pelo IRRF. Comentou ainda sobre os desafios, aspectos econômico e financeiros e legais do PLR, concluindo que para desenvolver um bom PLR é preciso ter regras claras e objetivas, observar critérios e condições definidos e ter espírito para negociar.

Empresárias da contabilidade, a presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta, e a vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, Elizangela de Paula Kuhn, também participaram do evento.

Talk show: Casos de sucesso

O fórum foi encerrado com um talk show sobre casos de sucesso sobre gestão de pessoas na área contábil, com mediação da vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCPR, Elizangela de Paula Kuhn, e apresentação do empresário Flávio Ribeiro, contador, sócio-diretor da Contabilidade Flávio Ribeiro Contabilidade S/S, de Viamão-RS- empresa com mais de 40 anos de experiência na área contábil, fiscal, departamento de pessoal e societário; ex-presidente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços e da Associação dos Contabilistas de Viamão, onde é delegado do CRC/RS. Participação também da contadora Ana Paula Meurer, sócia da empresa RG Contadores Associados de Florianópolis-SC; pós-graduada em Direito Previdenciário e atuação na gerência de gestão de recursos humanos com diversos cursos específicos na área, entre eles o Eneagrama na Gestão de Pessoas.

A exemplo de outros eventos do CRCPR, o 1º Fórum de Relações do Trabalho arrecadou, como inscrição, kits de higiene, compostos por absorvente, sabonete, creme dental e papel higiênico, para doação a entidades beneficentes.

CRCPR entrega à classe contábil

do Oeste do Paraná seu escritório regional totalmente revitalizado

A inauguração das obras de revitalização do escritório do CRCPR em Cascavel, dia 24 de setembro, foi marcada por uma série de eventos que reuniram na cidade, além da presidente e do vice-presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta e Marcos Rigoni; o presidente da Federação dos Contabilistas do Paraná-Fecopar, Divanzir Chiminacio; o diretor superintendente do CRCPR Gerson Luiz Borges de Macedo e o diretor operacional Pedro Hugo Catossi; o presidente do Sindicato dos Contabilistas de Cascavel-Sincovel e o vice, Sidney Mazutti e Rafael Antonio de Lorenzo; o presidente do Instituto Décio Mertz, Marcelo André Zunta Mertz; o macrodelegado do CRCPR na Região Oeste, Waldomiro Kluska; os conselheiros do CRCPR Paulo de Tarso Vieira Lopes e Juarez Paim da Silveira; os diretores do Sescap-PR, Michel Vitor Lopes (regional de Cascavel) e Hélio de Souza Camargo (regional de Umuarama), entre muitos outros dirigentes sindicais da classe contábil e autoridades.

Os eventos começaram pela manhã com reunião da Macrodelegacia da região Oeste, que engloba as delegacias de Assis Chateaubriand, Cascavel, Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Palotina e Toledo, com trabalhos conduzidos por Mirandi Bonissoni, vice-presidente da Câmara de Desenvolvimento Regional.

Contando representantes dos 17 sindicatos que fazem parte da Federação dos Contabilistas do Paraná, a Comissão Intersindical reuniu-se no começo da tarde, sob a coordenação do vice-presidente Marcos Rigoni de Mello. Destacaram-se nas discussões as eleições do CRCPR, programadas para novembro, e a 23ª edição dos Jogos dos Contabilistas do Paraná (Jocopar), de 22 a 25 de outubro, em Cascavel.

Na sequência ocorreu a reunião da Federação dos Contabilistas do Paraná - Fecopar, comandada pelo presidente Divanzir Chiminacio, com uma pauta recheada de assuntos internos, administrativos, e particularidades relacionadas ao Jocopar.

A presidente, Lucelia Lecheta, e o vice-presidente, Marcos Rigoni, fazem um balanço das principais ações do CRCPR.

Aberto à participação dos profissionais da região, o projeto CRCPR em sua Cidade, que já foi apresentado em Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Maringá e Apucarana, com a ideia de estreitar o relacionamento do Conselho com a classe contábil, identificar demandas regionais e esclarecer dúvidas em relação ao papel e às ações do CRC, promover enfim interação com os contabilistas, foi outro importante momento da intensa programação comemorativa. "Achamos importante o Conselho abrir suas portas, dialogar mais, ouvir as críticas e sugestões da classe. É, assim, uma oportunidade para os profissionais conversarem com os seus representantes, os conselheiros", disse Lucelia.

"A manutenção de um escritório moderno, com auditório e dependências para uso dos profissionais, como esse de Cascavel, deriva da estratégia de descentralização do CRCPR", afirma a presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta.

A programação do dia foi encerrada com a solenidade de descerramento da placa de revitalização do escritório do CRCPR em Cascavel, localizado na Rua Salgado Filho, 1882. Instalado na cidade desde os anos 90, inicialmente em sede provisória, o escritório passou por uma reforma completa, com restaurações internas e externas, também recebendo novos mobiliários. Um dos espaços mais importantes do escritório é o seu auditório, projetado para receber cursos, seminários, palestras, eventos de atualização da classe. "Não podemos deixar de destacar e agradecer o empenho dos funcionários do CRCPR envolvidos na contratação e supervisão dos serviços e aquisição dos materiais envolvidos no projeto da revitalização", disse o diretor superintendente Gerson Luiz Borges de Macedo.

Além de Cascavel, o CRCPR tem escritórios em Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Toledo, Pato Branco Umuarama, e está em andamento a construção do escritório de Paranavaí. O Conselho mantém ainda delegacias em 50 cidades, abrangendo todos os municípios do estado. "Ter unidades em todo o estado para atender as demandas dos contabilistas, descentralizando o atendimento, é nossa meta", conclui o vice-presidente Marcos Rigoni de Mello.

Entidades do PR se posicionam contra aumento de impostos

Para tentar corrigir falhas de gestão, pôr as finanças em dia e dar conta dos projetos minimamente necessários, o governo do estado do Paraná, a exemplo do federal, tem apostado todas as suas cartas na política de aumento de impostos, contando com o apoio da Assembleia Legislativa. As entidades paranaenses que representam os conselhos de classe e as empresas dos setores industrial, comercial e de serviços têm reagido prontamente às iniciativas oficiais.

Um manifesto aos governantes, divulgado em 17 de setembro, condenava " as medidas fiscais anunciadas pelos governos federal e estadual, marcadas especialmente pelo aumento da carga tributária, sacrificando ainda mais a população e o setor produtivo, sem a necessária redução dos gastos públicos". As entidades manifestavam-se "veementemente contrárias à volta da CPMF, à desestruturação do sistema "S", e, no plano estadual, condenam integralmente o abusivo PL 662/2015, especialmente no que tange à elevação do ITCMD, cuja gravidade é incompatível com a tramitação em regime de urgência, devendo ser rejeitado pela Assembleia Legislativa, por caracterizar-se contrário aos interesses da população".

Com a presença de representantes de 15 instituições, entre elas o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), o documento foi entregue ao 1º secretário da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), Plauto Miró Guimarães, dia 17 de setembro. No dia seguinte (18), as entidades lançaram, na sede da OAB-PR, em Curitiba, o movimento "Mais respeito, menos impostos".

Contra a antecipação do ICMS - Decreto 442

Dias depois, as entidades contábeis, em particular, se mobilizaram contra medida estadual que prevê a antecipação do recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e a cobrança da diferença de alíquota desse imposto em operações interestaduais. O impulso ao movimento foi dado em uma reunião, dia 13 de outubro, dos presidentes do SESCAP-PR, Mauro Kalinke; do CRCPR (Conselho Regional de Contabilidade do Paraná), Lucélia Lecheta, e da Fecopar (Federação dos Contabilistas no Paraná), Divanzir Chiminacio, com a presença dos advogados tributaristas Leonardo de Paola, e Nicolas Duarte, do diretor jurídico do SESCAP-PR Euclides Locatelli e da advogada e gerente da entidade, Erinéia Araújo.

O vice-presidente de Administração e Finanças Marcos Rigoni representou o CRCPR na reunião realizada na Alep.

Medidas para pressionar o governo

No dia 14, nova reunião foi realizada para definir medidas para pressionar o governo do estado do Paraná a rever o Decreto 442/2015. As entidades decidiram que o tema entraria na pauta da próxima reunião do G7 (Fecomércio, Faep, Fetranspar, Associação Comercial do Paraná, Faciap, Fiep e Ocepar), e que iria buscar o agendamento de uma audiência com o governador e os secretários da Fazenda e da Casa Civil para pleitear a revisão do Decreto 442, como última tentativa antes da adoção de medidas judiciais.

João Gelásio Weber, vice-presidente da Câmara de Ética e Fiscalização do CRPCR, apresentou o caso de uma microempresa com faturamento acumulado até setembro de R$ 1.000.000,00 que pagou, somente de diferencial de alíquotas, R$ 30.000,00. "A lucratividade da microempresa simplesmente desaparece. E para nós, da classe contábil, o que mais se tem questionado é o trabalho que esses levantamentos requerem. Os softwares contábeis não fazem essa apuração e temos que fazer um trabalho individual, nota por nota. Simplesmente inviável."

Participaram desta reunião representantes de 10 entidades de classe e empresariais do Estado: Pelo SESCAP-PR Mauro Kalinke, presidente; Euclides Locatelli, diretor jurídico; e a advogada e gerente-geral, Erinéia Araújo. A Fecomércio estava representada por Eduardo Gabardo, Fernando Ishikawa e Walter Xavier. Juliana Romano representou a Faciap e Daniel Maurício Fedato, a FIEP. Ercílio Santinoni representou a Conampe; Armando Lira representou a Fampepar; João Gelásio Weber representou o CRCPR e a Fecopar esteve representada pelo seu presidente Divanzir Chiminacio. Já a Associação Comercial do Paraná foi representada por Antonio M. Espolador e a OABPR por Leonardo de Paola. O advogado tributarista Nikolas Duarte também participou do encontro.

Gente que Conta

Cascavel é campeã do 23º Jocopar

A delegação do Sindicato de Contabilistas de Cascavel – Sincovel foi a vencedora do XXIII Jocopar (Jogos dos Contabilistas do Paraná), disputado de 22 a 25 de outubro, em Cascavel. Os contabilistas de Curitiba, representando o Sicontiba-Sindicato dos Contabilistas de Curitiba, conquistaram o segundo lugar e em terceiro ficaram os maringaenses do Sincontábil – Sindicato de Contabilistas de Maringá.

Os jogos começaram dia 22 de outubro, com a solenidade de abertura, no Centro de Convenções de Cascavel, desfile das delegações dos dezessete sindicatos regionais de contabilistas, e terminaram dia 25 com a premiação. Foram entregues 22 troféus de campeões em treze modalidades esportivas, além do troféu de campeão geral para o Sincovel.

Sidnei Mazutti, presidente do Sincovel e membro organizador dessa edição do Jocopar, na ocasião, disse estar orgulhoso com a realização dos jogos na cidade. Também destacou a colaboração da prefeitura, patrocinadores e o empenho da comissão organizadora dos jogos.

Para o presidente da Fecopar, Divanzir Chiminacio, "a cada ano se renova a alegria e a cada ano se renova a satisfação" de todos que se reencontram nos jogos, que são a maior competição organizada por uma profissão liberal no Brasil.

A presidente do CRCPR (Conselho Regional de Contabilidade do Paraná), Lucélia Lecheta, lembrou que é o último ano, como presidente do CRCPR, acompanhando o Jocopar – um ritual que ela seguiu durante os quatro anos à frente do CRCPR.

Aciap faz homenagem ao Dia do Contador

No Dia do Contador – 22 de setembro -, a Câmara Setorial dos Contadores da Associação Comercial, Industrial, Agrícola e de Prestação de Serviço de São José dos Pinhais (Aciap), realizou uma homenagem aos profissionais. O evento, no Buffet Imperial, contou com a participação de empresários, profissionais do setor e representantes do poder público, como o vereador Tadeu Camargo, representando a Câmara Municipal, o vice-prefeito Toninho da Farmácia, que representou o prefeito Luiz Setim, acompanhado do secretário de Finanças, Pedro Setenareski. O Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR) esteve representado pelo diretor superintendente do CRCPR, Gerson Luiz Borges de Macedo, Mauro Luís Moreschi, vogal da JUCEPAR, a presidente Lucelia Lecheta e o vice-presidente Marcos Rigoni. Na foto também o contador e presidente da Aciap, Claudemir Gibrim.

Moradores de Mallet e Rebouças recebem orientação sobre orçamento familiar

No dia 28 de agosto, o contador Luiz Fernando Martins Alves, integrante do Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC) no Paraná, ministrou palestra sobre controle do orçamento familiar a famílias de baixa renda dos municípios de Mallet (manhã) e Rebouças (tarde), municípios da região de Irati, sudeste do Paraná. Os participantes receberam a cartilha Orçamento Familiar, redigida em linguagem acessível e didática, que aborda temas como as causas do descontrole do orçamento pessoal e familiar, traz sugestões para o equilíbrio das contas, com dicas sobre gastos com saúde, cartão de crédito, veículos, compras no crediário e empréstimos consignados, além de uma tabela modelo para o controle do orçamento mensal.

Em Mallet

Em Rebouças

Teatro Marista é palco do 34º

Ciclo de Estudos Contábeis de Londrina

Com a participação do vice-presidente de Administração do CRCPR, Marcos Rigoni, foi realizada no auditório do Teatro Marista, dia 27 de outubro, a solenidade de abertura do 34º Ciclo de Estudos Contábeis de Londrina, promovido pelo Departamento de Ciências Contábeis da UEL, em parceria com os cursos de Ciências Contábeis da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), da Faculdade Paranaense (FACCAR), do Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL) e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) – Campus Londrina.

Em seu discurso, Rigoni sublinhou que, para "promover as mudanças que podem recolocar o país na via do desenvolvimento", o Brasil precisa fazer as reformas estruturais e investir amplamente em educação: "mais e melhores escolas e cursos em todos os níveis, mais programas científicos e tecnológicos". Afirmou ainda que o sistema formado pelo Conselho Federal e os conselhos regionais de contabilidade tem essa percepção da importância da educação, mantendo programas com extensa agenda de treinamentos, cursos, seminários, palestras de atualização profissional.

Programação

Depois da abertura aconteceu a palestra Afinando o Empreendedor, ministrada por Fabiano Brum, especialista em motivação, empreendedorismo, cooperativismo, recursos Humanos e qualidade na Educação.

Dia 28 de outubro
19h - Apresentação de trabalhos acadêmicos
Palestra: A Ética, o Mercado e a Valorização do Profissional
Palestrante: Adilson Cordeiro (Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de SC desde 2000 e, atualmente, Presidente do CRCSC gestão 2012/2015).

Dia 29 de outubro
19h - Apresentação de trabalhos acadêmicos
Palestra: O Perfil do Contador de Sucesso
Palestrante: Anderson Hernandes (Contador especializado em marketing e MBA em Gestão de Negócios, autor de oito livros).

Dia 30 de outubro
21h - Jantar dançante no Iate Clube de Londrina

Marcos Rigoni fala sobre

a profissão contábil no Dia do Contador

Em entrevista ao programa Toda Tarde, da TV Transamérica de Curitiba, no Dia do Contador - 22 de setembro -, o vice-presidente de Administração e Finanças do CRCPR, Marcos Rigoni, afirmou que a profissão contábil é hoje uma das mais importantes, já que nenhuma empresa sobrevive sem o suporte da contabilidade.

Questionado sobre os benefícios e desafios impostos pelas mudanças tecnológicas, reconheceu que a tecnologia "traz ferramentas para facilitar o dia a dia da profissão", mas lembrou que nada substitui o conhecimento do profissional.

Sobre a conjuntura do país, fez críticas ao excesso de burocracia, que dificulta a vida dos contadores e das empresas, minando a competitividade do setor produtivo e dando margem à proliferação da corrupção, devido à falta de transparência. Comentou ainda que falta ao empresariado brasileiro a cultura de ter o contador como consultor na tomada de decisões, fazendo comparações com os Estados Unidos, onde os empresários costumam ter sempre um contador ao seu lado ao planejar suas estratégias futuras, assegurando que tudo seja feito de acordo com as leis, enquanto aqui o contador muitas vezes só é chamado depois, para registrar o que já foi feito.

Comentou ainda sobre a excessiva complexidade do sistema de arrecadação de impostos e a elevada carga tributária, fatores que, aliados ao excesso de burocracia, atrapalham imensamente o desenvolvimento das empresas, da economia e da sociedade.

CRCPR abre fiscalização em São José dos Pinhais e Paranavaí

O vice-presidente da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina do Conselho Regional de Contabilidade (CRCPR), João Gelásio Weber, e o gerente de Fiscalização do CRCPR, Dirceu Zonatto, lançaram, em outubro, as ações de fiscalização do CRCPR referentes ao exercício de 2014 para as regiões de São José dos Pinhais e Paranavaí.

Em São José dos Pinhais, a solenidade foi dia 2 de outubro, no auditório da ACIAP - Associação Comercial, Industrial, Agrícola e de Prestação de Serviços de São José dos Pinhais, aberta ao público, com participação especial do macrodelegado do CRCPR da Região Metropolitana e delegado regional, Mauro Luís Moreschi, e do presidente da ACIAP, Claudemir Gibrim. A delegacia de São José dos Pinhais engloba os municípios de Agudos do Sul e Tijucas do Sul, com um total de 1.012 profissionais com registro ativo e 171 escritórios contábeis.

Já em Paranavaí, realizada na sede da Associação Comercial e Empresarial de Paranavaí (ACIAP), dia 20 de outubro, contou com a participação de 115 contabilistas, Osvaldo dos Santos, conselheiro do CRCPR, Pedro Baraldi, macrodelegado e delegado da região noroeste e Devanir Antonio Zanatta, presidente do Sincopar.

Gelásio Weber explicou porque é feita a fiscalização e qual a sua finalidade: uma ferramenta de proteção da sociedade e dos contabilistas que exercem sua profissão guiados por princípios ético-profissionais. Os parâmetros são os princípios, leis e normas contábeis. São verificados os contratos de prestação de serviços, a existência da escrituração contábil regular das empresas, o registro do profissional e do escritório, bem como sua atuação perante órgãos públicos, empresas privadas em geral, partidos políticos, entidades sem fins lucrativos e assemelhados, entre outros procedimentos.

Conforme explicou Dirceu Zonatto, todo o processo é realizado por meio da Fisc-e - fiscalização eletrônica, que dispensa a presença do fiscal nos escritórios, iniciando pelo envio de um e-mail aos contabilistas com todas as informações necessárias para realização do processo, o próprio sistema conduzindo o usuário no preenchimento das peças necessárias. Quando todos esses procedimentos são finalizados, começa então a análise das informações fornecidas.

Nova Lei das Domésticas:

Mudança Cultural

"Não terei problema com essa nova lei, fulana está em casa há 15 anos, é de confiança". Ultimamente o contador tem escutado muito esta frase de seus clientes. Por mais que a mídia e a classe contábil alertem sobre uma verdadeira mudança cultural a se instaurar na relação empregado doméstico/empregador, a maior parte dos clientes ainda subestima os efeitos da nova lei ou simplesmente os ignora, pois fulana é de confiança.

O que nós, contadores, devemos fazer o cliente entender é que o empregado doméstico passou a uma condição muito semelhante à do trabalhador urbano. E com alguns regulamentos e direitos bem específicos. Vejamos em tópicos algumas particularidades:

Contratos

Além do contrato de experiência e do convencional, é possível a contratação por prazo determinado – para atender necessidades de natureza transitória – ou para substituição temporária de empregado doméstico. O contrato temporário é limitado a dois anos, sem exigência de aviso prévio. Porém, se o empregador despedir o trabalhador sem justa causa antes do prazo estipulado, deverá arcar, a título de indenização, com metade da remuneração a que o empregado teria direito até o término do contrato.

Jornada de trabalho

Esqueça aquela flexibilidade da jornada de trabalho, habitual entre patrão/doméstico. O doméstico deverá bater ponto, e o Tribunal Superior do Trabalho não aceita o registro britânico (8h-12h, 13h-18h). Para domésticos que pousem ou residam no local de trabalho, todo tempo de prestação de serviço fora do horário contratual deve ser registrado no ponto e pago como hora extra.

Duas situações que diferem do trabalhador urbano: é possível reduzir o horário do almoço a 30 minutos, desde que mediante acordo escrito entre as partes (aliás, na relação empregador/empregado doméstico, tudo que parecer diferenciado, recomenda-se um acordo escrito); e a doméstica que trabalha em regime parcial: poderá fazer no máximo uma hora extra por dia.

Regime de compensação de horas

É possível instituir regime de compensação de horas mediante acordo escrito entre as partes, obedecendo as seguintes regras:

- Serão horas extras as primeiras 40 horas que excedam o período normal de trabalho;
- Das primeiras 40 horas, poderão ser deduzidas as horas não trabalhadas referentes a atrasos e faltas;
- O saldo que exceder as primeiras 40 horas deverá ser compensado no período máximo de um ano. Exemplo: doméstico que fez 50 horas extras no mês recebe pagamento de 40 e o restante deve ser compensado com folga em até um ano.

Empregado que mora no local de trabalho

Não serão computados como horário de trabalho os intervalos, repousos, horas não trabalhadas, domingos e feriados livres, desde que não preste serviço durante tais períodos.

Atenção! Neste caso é lícito ao doméstico passar as férias no local de trabalho.

Fornecer moradia na residência ou casa anexa não gera direito de propriedade ou posse. Caso haja o questionamento pelo empregado, é recomendável a sua saída imediata ou um acordo escrito.

Viagem

Serão consideradas apenas as horas efetivamente trabalhadas durante o período de viagem, podendo ser compensadas as horas extras em outro dia. A remuneração do serviço em viagem será no mínimo 25% superior ao valor do salário-hora normal. Esse adicional poderá ser convertido em acréscimo ao banco de horas, desde que mediante acordo escrito.

Férias

O período de férias dos domésticos pode ser fracionado, a critério do empregador, em até dois períodos de no mínimo 14 dias corridos. Na jornada de trabalho parcial, as férias serão concedidas nas seguintes proporções:

Jornada semanal (horas)	Férias remuneradas (dias)
De 22 a 25	18
De 20 a 22	16
De 15 a 20	14
De 10 a 15	12
De 05 a 10	10
5 ou menos	8

Descontos

Atenção! Despesas de natureza não salarial não se incorporam à remuneração. Portanto, fornecimento de alimentação, vestuário, itens de higiene, moradia, transporte, etc. não poderá ser descontado, tampouco em caso de acompanhamento em viagem.

As despesas com moradia poderão ser descontadas quando ocorrerem em local diverso à residência em que o serviço é prestado. É facultado ao empregador descontar adiantamentos de salário, assim como inclusão do empregado em planos de assistência de saúde, seguro e previdência privada, não podendo ultrapassar 20% do salário.

FGTS

Além dos 8% habituais, o empregador depositará 3,2% da remuneração mensal devida, destinados ao eventual pagamento de indenização compensatória por dispensa sem justa causa ou por culpa do empregador, não havendo que falar em depósito de 40% de FGTS.

Arrecadação previdenciária e tributária

A novidade é que o recolhimento deve ser feito até o dia 7 do mês seguinte à competência, antecipado caso a data caia em feriados, sábados e domingos.

Rescisão

Aqui se inclui um fato gerador inédito: submissão a maus tratos de idoso, enfermo, pessoa com deficiência ou de criança sob cuidado direto ou indireto do empregado.

Seguro desemprego

Habilita-se ao benefício do seguro desemprego o trabalhador que comprovar o vínculo empregatício como doméstico durante pelo menos 15 dos últimos 24 meses.

eSocial

Para a geração de guias de recolhimento de impostos e contribuições, assim como das obrigações acessórias, é necessário cadastrar o doméstico no site esocial.gov.br.

As demais situações seguem muito equivalentes às do trabalhador urbano previstas na CLT, mas ante tantas particularidades, é necessário que nós, contabilistas, saiamos da zona de conforto e façamos um forte trabalho de conscientização de clientes e trabalhadores domésticos, fornecendo muita informação precisa, a fim de evitar dores de cabeça e ameaças de gigantescas indenizações trabalhistas.

Dirceu Tadeu Vaz, contador, membro da Comissão de Acompanhamento e Interpretação de Mudanças Legislativas, Tributárias e Tecnológicas do CRCPR.

Profissionalização para su

Promovido pelo CRCPR, com o apoio da Receita Federal do Brasil e da Receita Estadual do Paraná, o 2º Fórum Paranaense do Terceiro Setor, a exemplo do primeiro, em 2014, revelou o grande interesse dos profissionais que atuam nesse segmento que cresce desde a segunda metade do século passado, nas áreas de assistência social, esportes, cultura, lazer, saúde, educação, atuando na oferta de serviços sociais básicos, reforçando o papel do Estado e, em muitos casos, suprindo a sua total ausência. Um dos maiores desafios para o setor é a profissionalização, cada vez mais necessária, visto que o Terceiro Setor recebe quantidades crescentes de recursos, a partir de doações de pessoas físicas, empresas, órgãos públicos e da concessão de benefícios tributários e renúncias fiscais, e é compelido a prestar contas quanto à aplicação desses recursos, adotando práticas que lhes confiram transparência.

Na solenidade de abertura, dia 15 de setembro, no auditório do CRCPR, o vice-presidente de Administração e Finanças Marcos Rigoni destacou o papel dos contabilistas na profissionalização e construção da credibilidade das instituições sem fins lucrativos. Narciso Doro Junior, vice-presidente de Relações Sociais, ressaltou os apoios e parcerias para a realização do evento e o coordenador do Programa de Voluntariado da Classe Contábil no PR (PVCC), Maurício Gilberto Cândido, comentou sobre os programas nos quais voluntários da classe vêm participando.

A presidente da Fundação de Ação Social (FAS), Marcia Oleskovicz Fruet, teceu comentários sobre o Marco Regulatório do Terceiro Setor (Lei 13.019/14), o impacto da crise nas organizações, e agradeceu o apoio dos contabilistas na crescente arrecadação do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FMCA), que superou os 14 milhões em 2014 e, em especial, o salto na captação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, cuja arrecadação, em 2010, era inferior a 280 mil reais e em 2014 superou os 10 milhões de reais, possibilitando o desenvolvimento de diversos programas de assistência à população idosa em situação de vulnerabilidade social em Curitiba.

Tributação do Terceiro Setor

O advogado Juliano Lirani, lançou mão da sua vasta experiência em processos administrativos fiscais na área dos tributos municipais, estaduais e federais, junto à Secretaria Municipal de Finanças , à Procuradoria Geral do Município de Curitiba e à Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná para falar aos participantes sobre ISS e a imunidade tributária dos rendimentos provenientes da prestação de serviços por pessoas jurídicas sem fins lucrativos e a importância da distinção entre os institutos da isenção e não incidência, IPTU e as discussões

perar a crise foi a tônica

do 2º Fórum Paranaense do Terceiro Setor

em torno da utilização do imóvel e os reflexos para a imunidade das entidades de assistência e educação: imóveis baldios, imóvel utilizado como estacionamento, imóveis alugados, imóveis cedidos em comodato pela entidade imune, imóvel utilizado como colônia de férias por sindicato de empregados, o Recurso Extraordinário 566.622-RS, a Lei 8.212/1991 e a Lei 9.732/1998, a perspectiva trazida pela Lei 12.101/2009 e os reflexos para a imunidade e, por fim, sobre o Recurso Extraordinário 636.941-RS e a Imunidade do PIS para as entidades beneficentes de assistência social.

Marco regulatório

No período da tarde, o foco das discussões foi a Lei 13.019/14, sancionada há pouco mais de um ano, que estabeleceu o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, definiu diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil e instituiu o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as leis 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. e que deverá, a partir de 2016, fazer parte da rotina de todas as entidades civis sem fins lucrativos.

A palestra foi ministrada pelo advogado André Antunes Fadel, técnico de controle do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O palestrante abordou detalhadamente os conceitos e princípios instituídos pela lei quanto a transparência e controle, capacitação de gestores, capacidade técnica e operacional, monitoramento e prestação de contas, bem como as responsabilidades e sanções aplicáveis quando os órgãos de fiscalização encontram irregularidades na prestação de contas.

eSocial: nova era nas relações trabalhistas

A programação do segundo dia começou com uma animada palestra sobre o eSocial para o Terceiro Setor, apresentada pelo Auditor Fiscal da Receita Federal Marcos Antonio Salustiano da Silva, um dos desenvolvedores e sustentador do eSocial na 9ª Região Fiscal (Paraná e Santa Catarina), responsável por especificar, testar e homologar, capacitar, gerenciar regionalmente e dar suporte ao grupo nacional do sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhista e Fiscais do Empregador.

Além de detalhar os objetivos e o funcionamento do sistema, que a partir de 2016 institui uma nova era nas relações entre empregadores, empregados e governo, o palestrante abordou as principais especificidades aplicáveis a entidades do Terceiro Setor.

Controles Internos: eficiência e credibilidade

Encerrando a programação, o professor e conselheiro do CRCPR, Laudelino Jochem, fez uma apresentação extremamente didática sobre controles internos, destacando sua importância na prevenção de erros e fraudes, no combate à ineficiência e à má gestão, ajudando a tornar as organizações mais eficientes e consequentemente, permitindo melhorar a prestação de serviços a seus beneficiários. "A grande maioria das pessoas sabe o que deve fazer, mas não faz", disse, ao reconhecer que a complexidade dos requisitos contábeis representa um grande obstáculo para muitas entidades, mas destacando que a manutenção de registros confiáveis é indispensável para assegurar credibilidade e eficiência na tomada de decisões.

Doações

Os brinquedos doados pelos participantes foram sorteados entre duas entidades com representantes inscritos presentes, a Pró-Renal – Brasil, de Curitiba, e a Associação de Assistência Social Evangélica de Carambeí (AASEC).

Eberlei Matozo Machado recebeu os brinquedos doados à Pro-Renal, de Curitiba.

Brinquedos doados à Associação de Assistência Social Evangélica de Carambeí.

Sancionada no CRCPR lei que institui o Refic 2015 em Curitiba

O prefeito Gustavo Fruet sancionou, dia 19 de outubro, a lei que institui o Programa de Recuperação Fiscal (Refic 2015) do município de Curitiba. A solenidade, na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), foi prestigiada pela presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta; o presidente da Federação dos Contabilistas do Paraná, Divanzir Chiminacio; o diretor do SESCAP-PR, Euclides Locatelli; o presidente do Sindicato dos Contabilistas de Curitiba, Pedro Hugo Catossi; e inúmeras outras autoridades, entre quais o presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Aílton Araújo, os vereadores Serginho do Posto, Paulo Salamuni, Hélio Wirbiski, Bruno Pessuti, Luíz Felipe Braga Côrtes, Sabino Pícolo, Julieta Reis e Tiago Gevert.

"A classe contábil ajudou a construir essa alternativa", disse o prefeito Gustavo Fruet. O programa se justifica pelo momento de crise que o país está vivendo, atingindo de modo grave as empresas, algumas com dificuldades de honrar a folha de pagamento, argumentou Gustavo, com ele concordando a presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta, e o vereador Paulo Salamuni. O prefeito aproveitou a ocasião para fazer um breve balanço e prestação de contas da sua gestão, ressaltando que, apesar das dificuldades, vem buscando o equilíbrio fiscal com transparência.

O programa oferece aos contribuintes que possuem débitos fiscais com a prefeitura condições mais vantajosas para quitá-los, com prazo de pagamento de até 60 meses e desconto especial sobre juros e multas – benefício que não era possível no Refic anterior, lançado em março deste ano. O prazo para adesão vai até 30 de dezembro, sem prorrogação.

Como aderir

Os interessados devem comparecer à prefeitura de Curitiba portando o RG, CPF e um documento do imóvel, em caso de dívida de IPTU ou o contrato social da empresa, se a regularização for de uma dívida de ISS. Procuradores ou representantes de empresas devem levar esta documentação e uma procuração.

Em ambos os casos, os documentos devem estar registrados em cartório. Por hora não há a possibilidade de adesão pela internet. O prazo para adesão vai até 30 de dezembro. Segundo a prefeitura, não haverá prorrogação.

Quem entrou no programa em anos anteriores e não conseguiu quitar os débitos também poderá refinanciar os valores devidos. Neste caso, porém, o desconto será aplicado apenas sobre os juros e multas das parcelas em atraso.

Vantagens e requisitos

Quem aderir ao Refic e pagar as parcelas pontualmente terá a possibilidade de solicitar certidões positivas de débito (com efeito negativo), a partir do pagamento da primeira parcela.

Os débitos poderão ser pagos à vista (com desconto de 90% no valor dos juros e de 80% no valor da multa) ou em parcelas, que vão de três a 60 meses.

No caso de pagamento à vista, a prefeitura recomenda que a adesão seja feita o quanto antes, pois a cada virada de mês o valor do saldo devedor é corrigido pela inflação.

Empresas optantes pelo Simples Nacional não podem aderir ao programa, menos que possuam débitos anteriores à data da opção.

A secretaria municipal de Finanças, Eleonora Fruet, ressalta a importância de o contribuinte manter o pagamento dos impostos em dia, pois isto garante a manutenção dos diversos serviços e o desenvolvimento da cidade. "A arrecadação de tributos é a principal fonte de receitas da prefeitura. É com estes recursos que a administração mantém em funcionamento os serviços essenciais para a população", diz.

Condições de pagamento

- À vista – desconto de 90% dos juros e 80% da multa
- Até 3 parcelas – desconto de 80% dos juros e 70% da multa
- Até 6 parcelas – desconto 70% dos juros e 60% da multa
- Até 12 parcelas – desconto de 60% dos juros e 50% da multa, com juros de 0,5% ao mês
- Até 24 parcelas – desconto de 50% dos juros e 40% da multa, com juros de 0,8% ao mês
- Até 36 parcelas – desconto de 40% dos juros e 30% da multa, com juros de 1%
- Até 60 parcelas – não há descontos em juros e multas, e os novos juros são de 1,2%
- O valor das parcelas, por inscrição municipal ou indicação fiscal, não poderá ser inferior a R$ 200,00 para débitos de ISS e de R$ 50,00 para as demais dívidas. As parcelas vencerão no dia 10 de cada mês.

Entrevista

Marcos Antônio Salustiano da Silva

Operacionalidade do esocial requer atenção especial

Há um bom tempo que se fala sobre o eSocial. Sobre essa fase, que poderíamos chamar de informativa, marcada por seminários, cursos, palestras, tem ainda algum aspecto importante do projeto que foi pouco comentado, esclarecido?

A fase chamada de "informativa" foi muito rica na troca de "ansiedades" entre os desenvolvedores e os futuros usuários. Diversas questões apresentadas nos eventos anteriormente realizados possibilitaram alterações significativas no projeto.

Hoje o eSocial está consolidado, se houver alguma alteração será muito pontual, em um ou outro ponto que ficou diferente do acordado com a sociedade. É isso mesmo, o eSocial é fruto de um grande acordo entre os entes consorciados do projeto (CAIXA, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Receita Federal) e a sociedade organizada, representada pelo Grupo de Trabalho Confederativo que conta com a participação das 9 Confederações Nacionais de Categorias Econômicas (CNI, Febraban, CNC, CNT, CNA, CNS, e de Federações específicas (Fenacon, Fiesp, Firjan e Fiesc) além do CFC e da BRASSCOM como convidados, além de todas as empresas piloto envolvidas no SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, projeto maior do qual o eSocial é só uma pequena parte.

Hoje a grande ansiedade é por questões relacionadas à operacionalidade, propriamente dita, do sistema. Ou seja o futuro usuário que saber como vai funcionar efetivamente o sistema e uma amostra já está disponível: O eSocial do Doméstico já está implantado e funcionando.

Quanto aos usuários – RH de empresas, contabilistas, empresários -, haveria, a essa altura, algum segmento desinformado sobre as mudanças previstas?

Acredito que não. Houve grande divulgação e repercutiu muito na mídia a existência do eSocial, suas exigências e suas aplicabilidades.

Esse foi um dos temas no 2º Fórum Paranaense do Terceiro Setor, realizado no CRCPR, em setembro: quais são as exigências do eSocial para esse setor?

As mesmas exigências feitas para todos os demais contribuintes. O eSocial é único para todos os empregadores, não importando seu segmento econômico, nem se com ou sem fins lucrativos.

Sob o aspecto da implantação, o cronograma, qual é a situação do projeto no momento?

Os prazos de implantação do eSocial são os estabelecidos na Resolução Comitê Diretivo do eSocial Nº 1 de 24.06.2015:

I - A transmissão dos eventos do empregador com faturamento no ano de 2014 acima de r$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões reais) deverá ocorrer:

a) A partir da competência setembro de 2016, obrigatoriedade de prestação de informações por meio do eSocial, exceto as relacionadas na alínea (b);

b) A partir da competência janeiro de 2017, obrigatoriedade da prestação de informação referente à tabela de ambientes de trabalho, comunicação de acidente de trabalho, monitoramento da saúde do trabalhador e condições ambientais do trabalho.

II - A transmissão dos eventos para os demais obrigados ao eSocial deverá ocorrer:

a) A partir da competência janeiro de 2017, obrigatoriedade de prestação de informações por meio do eSocial, exceto as relacionadas na alínea b);

b) A partir da competência julho de 2017, obrigatoriedade da prestação de informação referente à tabela de ambientes de trabalho, comunicação de acidente de trabalho, monitoramento da saúde do trabalhador e condições ambientais do trabalho.

O auditor fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB), Marcos Antônio Salustiano da Silva, um dos desenvolvedores do eSocial (Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhista e Fiscais do Empregador) e responsável na 9ª Região Fiscal da RFB (Paraná e Santa Catarina) por especificar, testar e homologar, capacitar, gerenciar e dar suporte ao grupo nacional do e-Social, fala sobre os desdobramentos da implantação do programa.

Alguma novidade para 2016 e os próximos anos?

Para 2016 e 2017 é o que está programado e publicado. Para 2018, e adiante, devem ser incorporados pelo eSocial os processos trabalhistas e demais pagamentos judiciais originados de relações de trabalho. Devem ser desenvolvidas diversas ferramentas de busca, consultas e acompanhamentos dos dados inseridos na base do eSocial, possibilitando a fiscalização individualizada de cada trabalhador de como seu empregador está recolhendo sua Previdência Social e seu FGTS.

Espaço da Junta

Aspectos que têm gerado reclamações junto à Jucepar

Mauro Luís Moreschi

Em outubro e novembro, participei de reunioões, juntamente com representantes do CRCPR, Sescap-PR, Sicontiba e Fecopar, para discutir com o presidente da Jucepar, Ardison Akel, soluções aos problemas de atraso em serviços de abertura, alteração e fechamento de empresas no estado.

Como caixas de ressonância, as entidades contábeis registram as reclamações dos profissionais da contabilidade, fazendo a ponte com a Junta, ajudando na busca de soluções. Os principais obstáculos ultimamente são relativos aos processos de Consulta de Viabilidade de Nome Empresarial e de abertura, alteração e encerramento de empresas por meio do portal Empresa Fácil.

Como lembrou o presidente da Jucepar, parte das dificuldades só será resolvida com a contratação de pessoal - uma carência histórica que prejudica os serviços do órgão em todo o estado. Como vogal, acompanhando as atividades da Junta, e com a intenção de minimizar esses problemas, apresento a seguir algumas sugestões em relação aos pontos mais mencionados pelos contabilistas.

Sobre o atraso na aprovação da atualização de cadastro e consulta prévia de nome no sistema Empresa Fácil, o requerente deve encaminhar um único pedido de atualização do cadastro ou consulta prévia.

Têm sido frequentes os casos em que são feitas múltiplas solicitações para um mesmo processo, no intuito de tentar acelerá-lo. Esta prática implica em acúmulo de pedidos no site da Jucepar, ocasionando atraso nas análises. Cumpre esclarecer que o pedido original só é liberado para dar sequência ao processo no momento em que todos os pedidos relativos a ele tiverem sido analisados.

O pedido para atualização de dados no cadastro da Jucepar deve ser analisado na tela em que aparecem todos os dados da empresa e dos sócios, em relação à última alteração contratual registrada, por exemplo:

a) Inclusão do número do CNPJ;
b) Alteração de bairro por força de endereçamento postal;
c) Quando da atualização de RG, deve constar o ÓRGAO EXPEDIDOR e a UNIDADE FEDERATIVA
d) Outras

Atualizar dados no cadastro não significa fazer qualquer mudança. Sempre que houver necessidade dessas alterações, elas devem ser efetuadas através de alteração contratual e em cláusulas específicas, por exemplo:

a) Mudança de endereço, tanto da empresa quanto dos sócios;
b) Alterações do quadro societário;
c) Alteração de administrador;
d) Outras

Quando houver motivo para solicitar atualização no cadastro, no último quadro de observações devem ser informadas as alterações a ser efetuadas, por exemplo: Caso não conste no cadastro o número do CNPJ, este deve ser informado no último quadro de observações para que o analista corrija dentro do cadastro. O mesmo procedimento deve ser repetido para quaisquer outras informações que precisem ser alteradas ou incluídas.

Ao analisar os dados de um processo no sistema e constatar que tudo está correto, NÃO SE DEVE ENCAMINHAR PARA A JUCEPAR pedido de atualização, mas tão somente avançar para seguir com o processo.

O usuário deve sempre prestar atenção na tela de cadastro. Se houver alterações a ser efetuadas, aparecerá nela um quadro de aviso informando quais são essas atualizações.

A marca de um novo ciclo

Uma das maiores desenvolvedoras de sistemas para escritórios de contabilidade, Netspeed comemora 15 anos de vida, reestrutura sua marca e fortalece suas principais características: Inovação e Produtividade em Contabilidade.

Netspeed 15 anos de sucesso

Em um País cuja taxa de mortalidade de empresas é de quase 30% nos primeiros dois anos, celebrar 15 anos de vida não é para qualquer empresa. Em 2015, quem atinge essa marca é a Netspeed, uma das maiores desenvolvedoras de sistemas específicos para escritórios de contabilidade do Brasil, com milhares de clientes ativos espalhados por todo o território brasileiro.

Este sucesso não é obra do acaso, desde sua fundação, a empresa se destaca por oferecer, diferentemente de muitos de seus concorrentes, um **sistema completo sem ser complexo, apostando em uma usabilidade intuitiva, garantindo mais produtividade aos contadores**, opção que se mostrou assertiva: *Em meio a vendas de diversas empresas do setor para multinacionais, a Netspeed se mostra consolidada, genuinamente brasileira e com um "preço justo", não precisando readequar seus planos para sustentar o tamanho de uma multinacional em meio à crise econômica.*

Para celebrar os 15 anos e os feitos, a debutante Netspeed vem com diversas novidades para esse segundo semestre de 2015. A mais notável é a **reestruturação total de sua marca, com novo logotipo e manual de identidade, que passam a representar, visualmente, toda a inovação que caracterizou a empresa nos últimos anos** e agora marca um novo ciclo. Mas não se restringe a isso.

Tecnologia a favor da Produtividade

Essas novidades se juntam a características únicas que os sistemas já possuíam, como o layout que induz o usuário a realizar as tarefas com as melhores práticas possíveis, emitindo mensagens sobre qual o caminho deve seguir, e uma exclusividade da Netspeed: *O botão "**Auditar**" presente nos sistemas Escrita Fiscal, Folha de Pagamento e Contabilidade, que, examina minuciosamente as informações e, caso ocorra qualquer divergência, aponta ao usuário o que deve ser corrigido, **ferramenta que favorece a produtividade nos Escritórios de Contabilidade**.*

Concurso resgata história
da Contabilidade paranaense e brasileira

A Contabilidade é uma atividade quase tão antiga quanto a própria civilização. Entretanto, em geral, a história não é contada do ponto de vista daqueles cuja atividade sempre esteve ligada à proteção, controle e administração da riqueza produzida pelos indivíduos e pela sociedade e do patrimônio que essa riqueza permite acumular. Buscando resgatar esse lado da história no Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em parceria com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), promove o concurso "Resgate da Memória Contábil nos Estados".

Destinado à participação de profissionais da contabilidade e estudantes, o projeto reunirá num livro 27 trabalhos com fatos históricos da profissão contábil no país. As inscrições, que tiveram início em 1º de junho e vão até 31 de dezembro de 2015.

"Estamos ansiosos para conhecer as inúmeras curiosidades que os contabilistas paranaenses têm para contar, pois uma importante parte da história das instituições e das empresas do Paraná também está guardada em livros contábeis", comenta Elizangela de Paula Kuhm, vice-presidente de desenvolvimento do CRCPR. "Assim como a história, a atividade do contador se baseia em documentos e fatos, que podem nos ajudar a entender melhor o passado e a planejar o futuro que queremos construir para o nosso estado e para o nosso país", pondera.

Qualquer contabilista com registro ativo pode participar. Os estudantes interessados deverão elaborar seus trabalhos junto com um profissional da contabilidade, que pode ser um professor, desde que este tenha registro ativo em CRC. Os CRCs de cada estado terão uma comissão própria para avaliar os trabalhos locais. A do CRCPR já está formada e aguardando a apresentação de trabalhos para avaliação. Cada estado escolherá um trabalho, que fará parte do livro a ser editado pelo CFC. Os trabalhos selecionados também serão apreciados por uma comissão nacional, que premiará os três melhores com a participação no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, quando ocorrerá o lançamento do livro.

Entidades contábeis

cobram soluções para problemas na Jucepar

Em reunião, dia 27 de outubro, na sede da Junta Comercial do Paraná, representantes do CRCPR-Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, Sescap-PR (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná), Fecopar- Federação dos Contabilistas do Paraná e Sicontiba-Sindicato dos Contabilistas de Curitiba debateram com o presidente da Jucepar -Junta Comercial do Paraná, Ardison Akel, e o vice-presidente, Valdir Pietrobon, medidas que possam destravar problemas decorrentes da implantação do Empresa Fácil e trazer mais agilidade aos processos de abertura, alteração e fechamento de empresas.

Participaram do encontro o vice-presidente de Fiscalização do CRCPR, João Gelásio Weber; o presidente do SESCAP-PR, Mauro Kalinke e o diretor jurídico da entidade Euclides Locatelli; os diretores do Instituto SESCAP-PR (IESCAP) Luiz Fernando Martins Alves e Gilson Strechar (este, vogal da Jucepar); e os vogais Mauro Moreschi e Dolores Locatelli.

As reclamações dos profissionais da contabilidade, junto a suas entidades, são em relação à lentidão dos serviços da Jucepar, principalmente de processos de Consulta de Viabilidade de Nome Empresarial e de abertura, alteração e encerramento de empresas por meio do portal Empresa Fácil. Também vinham gerando protestos o anúncio de encerramento das atividades da agência da Junta na sede do Sebrae/PR.

Prazos para regularizar a situação

Novo encontro para debater a questão foi realizado entre representantes das entidades contábeis e da Jucepar, dia 6 de novembro, às 14h, na sede do Sebrae-PR, cabendo ao vice-presidente do CRCPR, Marcos Rigoni, ao presidente do Sescap-PR, Mauro Kalinke, e ao vice-presidente do Sicontiba, Juarez Tadeu Morona Filho, ressaltarem a intensidade das cobranças dos contabilistas.

Na ocasião, o presidente da Jucepar, Ardisson Naim Akel, e a secretária, Libertad Bogus, comprometeram-se em regularizar a situação o mais rápido possível. Segundo eles, a partir de 9 de novembro, os serviços de informática já estariam destravados junto ao Serpro, e os de atualização cadastral no sistema Junta – um dos mais comprometidos – poderiam ser realizados, sem problemas, no máximo, até dia 16 de novembro.

Para pôr enfim todos os serviços em dia, a diretoria da Jucepar responsabilizou-se por promover um mutirão com seu pessoal, informando Akel que o Estado acabara de liberar, em regime de urgência, recursos para contratação de 60 colaboradores temporários, e, na sequência, para realizar concurso público. Disse mais que, a partir do próximo ano, o expediente da sede, em Curitiba, retomará o atendimento ao público em período integral e foi decidido, na reunião, que a Central Fácil, no Sebrae, vai continuar aberta, atendendo normalmente, até o final do ano.

Estavam também na reunião o diretor-superintendente do Sebrae-PR, Vítor Roberto Tioqueta; o conselheiro do Sebrae, Edson Campagnolo; o vogal da Jucepar, representante da classe contábil, Mauro Luís Moreschi; o vogal da Faciap e diretor do Sescap-PR, Gilson Strechar, e funcionários do Sebrae, entre os quais, Marcelo Padilha e Ricardo Campos.

NOVIDADE

Exporte os dados de qualquer pesquisa dinâmica para XLS, XLSX, TXT e PDF.

Grande Curitiba: **Trisoftcon** - 41 3585.4735
Centro-Sul: **Softoeste** - 42 3629.4414
Oeste: **Consis PR** - 45 3035.2405
Palmas e Região: **Tecsystem** - 49 3329.6108

Produtos que se aplica:

JB Software
Inovação é nossa marca!
jbsoft.com.br